

**TERRITÓRIO E TERRITORIALIZAÇÃO: QUESTÕES
CONCEITUAIS PARA UMA ABORDAGEM E LEITURA DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS**

**TERRITORY AND TERRITORIALIZATION: CONCEPTUAL
ISSUES FOR AN APPROACH AND READING OF SOCIAL
MOVEMENTS**

**TERRITORIO Y TERRITORIALIZACIÓN: CUESTIONES
CONCEPTUALES PARA UN ENFOQUE Y LECTURA DE LOS
MOVIMIENTOS SOCIALES**

Hilário José Menezes¹

Eduardo Schiavone Cardoso²

RESUMO: Este artigo visa apresentar a importância dos conceitos de território e territorialização para o estudo da ação dos movimentos sociais, especificamente o Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD). Assim, analisa como o MTD se constitui enquanto um movimento socioterritorial de luta por terra, trabalho e moradia em espaços denominados como “assentamentos rururbanos”. A análise apresentada é de cunho qualitativo e realizada com base em pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas semiestruturadas e observação direta. Os resultados encontrados apontam que o território e a territorialização são compreendidos como a possibilidade de ampliação e reprodução da luta do Movimento por direitos para os trabalhadores que nele militam.

PALAVRAS-CHAVE: Território; Territorialização; Movimentos Sociais; Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD).

ABSTRACT: This article objective to present the importance of the concepts of territory and territorialization for the study of the action of social movements, specifically the Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD) [Movement of Workers Women and Workers Men for Rights]. Thus, it analyzes how the MTD is constituted as a socio-territorial movement of struggle for land, labor and dwelling in spaces denominated like "rururbanos settlements". The analysis presented is of a qualitative nature and carried out based on bibliographical and documentary research, semi-structured interviews and direct observation. The results show that territory and territorialization are understood as the possibility of enlarging and reproducing the struggle of the Movement for rights for the workers who militate in it.

1 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria. (PPGGE/UFSM). Rio Grande do Sul. E-mail de contato: menezeshj@yahoo.com.br

2 Professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria. Programa de Pós-Graduação em Geografia. (PPGGEO/UFSM). Rio Grande do Sul. E-mail: contato: educard@smail.ufsm.br

KEYWORDS: Territory; Territorialization; Social Movements; Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD) [Movement of Workers Women and Workers Men for Rights].

RESUMEN: Este artículo pretende presentar la importancia de los conceptos de territorio y territorialización para el estudio de la acción de los movimientos sociales, específicamente el Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD) [Movimiento de las Trabajadoras y de los Trabajadores por Derechos (MTD)]. Así, analiza cómo el MTD se constituye como un movimiento socioterritorial de lucha por tierra, trabajo y vivienda en espacios denominados como "asentamientos rururbanos". El análisis presentado es de cuño cualitativo y realizado con base en investigación bibliográfica y documental, entrevistas semiestructuradas y observación directa. Los resultados encontrados apuntan que el territorio y la territorialización son comprendidos como la posibilidad de ampliación y reproducción de la lucha del Movimiento por derechos para los trabajadores que en él militan.

PALABRAS CLAVE: Territorio; Territorialización; Movimientos Sociales; Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD) [Movimiento de las Trabajadoras y de los Trabajadores por Derechos (MTD)].

INTRODUÇÃO

A partir de 1970, a categoria “território” retoma os debates teóricos na Geografia, incluindo a abordagem dos conceitos sobre o controle espacial ou simbólico de determinadas áreas, superando o conceito clássico de território relacionado em nível nacional, limitado às fronteiras, e tendo o Estado como única fonte de poder no controle espacial. A valorização dos estudos sobre território pode ser atribuída a duas questões: o fim da guerra fria e a passagem do regime de acumulação fordista para o regime da acumulação flexível, sob a tendência de descentralização do Estado diante das economias transnacionais. O conceito de território, ao longo do tempo, sofreria essas alterações de ordem ideológica e não é mais observado como delimitação de fronteiras, marcando os limites de ações de cada país ou Estado, como se o território só pudesse ser compreendido dentro de uma escala macro de relações econômicas e políticas, como foi no período fordista (PERICO, 2009, p. 55).

Além da perspectiva adotada por Perico (2009), os conceitos de território e territorialização construídos por Guattari (1985), Raffestin (1993), Sousa (1995), Fernandes (2000; 2008), Oliveira (2001; 2004), Santos; Silveira (2003); Haesbaert (2005) e Moraes (2005) são fundamentais para o entendimento teórico sobre as relações que ocorrem no

mundo capitalista. Ainda que os autores não compartilhem da mesma perspectiva de análise, variações epistemológicas importantes permitem destacar a concepção de território e territorialização, diferenciando as abordagens, de acordo com a compreensão de cada autor.

É importante destacar que os conceitos de território e de territorialização vêm sendo utilizados em outras áreas de interesse das Ciências Humanas, além da Geografia, pelo Estado, quando da implementação de políticas com vistas ao desenvolvimento territorial. Com base nesses conceitos, também são implementadas estratégias de realização de programas sociais, que abordam a identificação dos territórios e visam: maior possibilidade de aderência às políticas públicas; participação efetiva de diferentes atores sociais no âmbito territorial; construção e difusão do uso coletivo do conhecimento; respeito à equidade e à diversidade sociocultural; promoção da solidariedade, justiça e da inclusão social; resgate do sentimento de pertencimento histórico-cultural, racial e territorial; e a promoção da gestão e do controle social das Políticas Públicas, dentre outras.

Neste artigo, o olhar sobre os conceitos de território e territorialização busca destacar a importância desses conceitos no estudo da ação dos movimentos sociais, especificamente o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), tendo em vista que o MTD se constitui enquanto um movimento socioterritorial atuando em espaços denominados como “assentamentos rururbanos”. Para a análise aqui proposta, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, com dados reunidos a partir de análise bibliográfica e documental, cujos documentos foram obtidos junto à coordenação do MTD, além da realização de entrevistas semiestruturadas e observação direta realizadas no Assentamento Portal dos Pinheiros, no município de Gravataí-RS.

Desta forma, o presente artigo, no primeiro momento, apresenta o conceito de território, a partir de um referencial teórico que permite fazer um diálogo entre os autores estudados, no sentido de mostrar a concepção de cada autor. No segundo momento, busca-se fazer uma relação entre os conceitos de território que têm nos movimentos sociais, que lutam pelo acesso a terra e pela reforma agrária, os seus sujeitos de pesquisa. Na terceira, busca-se caracterizar o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos na construção de novos territórios. Na quarta parte, apresenta-se a ação do MTD no Assentamento Portal dos Pinheiros em Gravataí-RS e seu processo de territorialização.

Por fim, nas Considerações Finais, são apresentados os principais resultados encontrados durante a pesquisa e breves análises dos autores sobre a temática estudada.

REVISISTANDO O CONCEITO DE TERRITÓRIO

Guattari (1985) faz importante distinção entre espaço e território. De acordo com o autor, “[...] os territórios estariam ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva e o espaço estando ligado mais às relações funcionais de toda espécie” (GUATTARI, 1985, p. 110). Dessa forma, o território sempre estaria ligado ao pensamento de dominação e apropriação política da economia vigente.

Para Raffestin (1993, p. 7-8), o território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais; são eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder. Nesse sentido, o território é resultante da ação dos atores sociais, distribuída em redes interligadas em pontos ou nós. Raffestin (1993) criticou a unidimensionalidade que a Geografia atribuiu ao território, quando o limitou à sua expressão estatal. Essas concepções não levaram em consideração os conflitos e divisões que ocorrem no interior dos estados.

Baseando-se nas formulações de Foucault, Raffestin (1993) analisa o poder, não como organização separada, localizada em uma parte da estrutura social ou apropriada por alguém em particular, mas algo que está distribuído e exercido em diversos níveis, por meio da cadeia social, e não apenas pelos poderes que se expressam de diferentes formas na ocupação dos espaços.

O conceito de território é abordado em função da projeção do trabalho humano em determinado espaço, desde a energia à informação e, em decorrência, mostra as relações marcadas pelo poder, destacando que o território tem um caráter político. Para Raffestin (1993, p. 143), “[...] o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”. Nessa perspectiva, o espaço é a “prisão original” e o território é a prisão que os homens constroem para si. Sobre o conceito de territorialidade, Raffestin (1993) defende que a:

Territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Nesta direção, a territorialidade para Raffestin (1993, p.160) “[...] pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo, em vias de atingir a maior autonomia possível”. Nessa concepção, o território e a condição da realização do ator Estado ou das grandes corporações capitalistas, transformando o espaço enquanto possibilidade de realizações socioeconômica em território concreto da materialização do capital incorporado. Segundo Raffestin (1993), “[...] o mesmo ator, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, territorializa o espaço”. Neste sentido, entende o território como sendo:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Nessa análise, ficam implícitas as relações sociais que vão sendo moldadas na construção e/ou apropriação do território, revelando, assim, as relações marcadas pelo poder. Para a compreensão das transformações territoriais, entende-se que o conceito de territorialidade passa a ser fundamental, pois o mesmo adquire uma importância em função de assumir, conforme Raffestin, um:

[...] valor bem particular, pois reflete multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas [...] todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. (RAFFESTIN,1993, p. 158-159).

A compreensão de território de Raffestin leva em consideração as relações que surgem nesse território, que é constituído culturalmente, expressando uma identidade coletiva ou um território realizado pela relação estado/capital, predominando a questão econômica, considerando a potencialidade dos seus recursos naturais ou as suas relações socioeconômicas.

Conforme Sousa (1995, p. 84), o território surge, na tradicional Geografia Política, como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social. O território é visto como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”). O problema é tratado de forma a demonstrar como o conceito de território, conforme abordado na literatura científica, tradicionalmente se restringiu a uma forma carregada ideologicamente com base nos pressupostos dos conceitos de “território nacional” e “região”.

Na perspectiva de Sousa (1995), o conceito de território possui várias escalas de entendimento, seja no território dos movimentos sociais, quilombola, indígena, do tráfico de drogas ou da prostituição, seja na formação do território do Estado-Nação. O território pode ser compreendido pela ação dos diferentes grupos existentes, não só de um “[...] recorte espacial, que visa o território como um mosaico orgânico e harmônico de regiões singulares” (SOUSA, 1995, p. 84). Os grupos apresentados mostram que a ação sobre o espaço se constitui em uma luta pelo território, que às vezes entra em choque, porque os interesses são distintos em cada espaço. Conforme Sousa (1995), “[...] o território seria como um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre os grupos, os membros da coletividade”. Assim sendo, Sousa (1995) acredita que, existe uma territorialidade flexível e demonstra que o território pode ser compreendido dentro das suas diversas formas, não só dos conceitos construídos pela literatura clássica, como também da constituição de redes, em que não há contiguidade espacial, são os chamados “territórios descontínuos”, os quais articulam dois ou mais territórios contínuos.

Para Santos e Silveira (2003, p. 21), o território seria o resultado de um processo de acumulação desigual de tempos históricos, sendo apreendida pela relação tempo espaço, ou seja, o espaço vai se caracterizar pelas formas distintas de apropriação que existem em suas relações política, econômica, cultural e social. No que concerne ao conceito de território apresentado por Haesbaert (2005), este trabalha o concreto de forma simbólica, ou seja, é possível abstrair a materialização presente no território e trabalhar o território a partir da compreensão cultural e simbólica.

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca (HAESBAERT, 2005, p. 6774-6775).

Nesse sentido, o território, para Haesbaert (2005), compreende aos vários tempos vividos ou processos históricos de diferentes aspectos econômicos e sociais e é imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço: “[...] desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’, à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’”. São três as características destacadas por Haesbaert (2004) para o entendimento do conceito de território, a saber: a característica **jurídico-política**, segundo a qual “[...] o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; **cultural(ista)**, que “[...] prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”; e **econômica**, “[...] que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho” (HAESBAERT, 2004, p.18).

O processo de globalização modifica o território, no sentido de apropriação, transformação e uso, tendo como objetivo, a materialização de suas ações econômicas e política. De acordo com Santos (1997), no mundo da globalização, o espaço geográfico:

Ganha novos contornos, novas características, novas definições. E, também, uma nova importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização. Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros. Numa situação de extrema competitividade como esta em que vivemos, os lugares repercutem os embates entre os diversos atores e o território como um todo revela os movimentos de fundo da sociedade. A globalização, com a proeminência dos sistemas técnicos e da informação, subverte o antigo jogo da evolução territorial e impõe novas lógicas (SANTOS, 1997, p. 39).

Fica implícito o conflito entre “os atores mais poderosos” e os “outros”, ou seja, entre quem tem os meios de produção, terra e capital e os “excluídos”, que somente possuem a sua força de trabalho. Ainda analisando a forma como se organiza o território Santos (1997) destaca que:

Os territórios tendem a uma compartimentação generalizada, onde se associam e se chocam o movimento geral da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional ou local, da sociedade nacional. Esses movimentos são paralelos a um processo de fragmentação que rouba às coletividades o comando do seu destino, enquanto os novos atores também não dispõem de instrumentos de regulação que interessem à sociedade em seu conjunto. A agricultura moderna, cientificada e mundializada, tal como a assistimos se desenvolver em países como o Brasil, constitui um exemplo dessa tendência e um dado essencial ao entendimento do que no país constituem a compartimentação e a fragmentação atuais do território (SANTOS, 1997, p. 39).

O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. Santos e Silveira (2003, p. 21), analisam o território neste contexto e o consideram como resultado de um processo de acumulação desigual de tempos históricos, ou seja, o espaço se caracteriza pelas formas distintas de apropriação que existem em suas relações política e econômica.

Sobre a concepção de desterritorialização, Haesbaert (2004) adverte que explícita ou implicitamente as:

[...] dimensões estão vinculadas a diferentes concepções de território. Podemos ampliar a questão afirmando que se trata de respostas diferentes a um mesmo processo de des-territorialização. Se entendermos território no sentido amplo em que aparece associado aos processos de dominação e/ou apropriação do espaço, reelaborando os termos de Lefebvre (1984) para a produção do espaço, podemos afirmar que os objetivos ou as razões desta produção e controle (ou des-controle, no caso de incluir a desterritorialização) podem ser os mais diversos, envolvendo fatores de natureza predominantemente econômica, política e/ou cultural (HAESBAERT, 2004, p. 25).

O autor entende que a desterritorialização pode estar associada pelo menos a três dimensões sociais: A cultural ou simbólica, em sentido mais estrito, a política e a econômica. Sobre o processo de desterritorialização, Haesbaert (2004) busca, na leitura marxista, a fundamentação desse conceito, ao analisar o processo econômico da globalização. Para ele:

Provavelmente o primeiro grande autor que deu uma ênfase clara à fundamentação econômica do processo global-desterritorializador foi Karl Marx. Em seu discurso, a ausência do termo não impede a profunda análise das formas com que o modo de produção capitalista "desterritorializa" os modos de produção preexistentes para reterritorializar segundo sua própria dinâmica (HAESBAERT, 2004, p. 27).

O entendimento de Marx (1984) sobre o "trabalhador livre" envolve, de várias formas, uma concepção implícita de desterritorialização, na medida em que esses "vendedores da própria força de trabalho" são:

[...] trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livre, soltos e desprovidos deles. [...] A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção (MARX, 1984, p. 262).

Conforme Haesbaert (2004), para alguns autores, a problemática da desterritorialização está vinculada ao capital que, cada vez mais, precisa de novos espaços para ampliar a sua área de atuação e conseqüentemente obter mais lucro. Assim:

[...] a mobilidade crescente do capital e das empresas - a desterritorialização seria um fenômeno sobretudo de natureza econômica; para outros, a grande questão é a crescente permeabilidade das fronteiras nacionais - a desterritorialização seria assim um processo primordialmente de natureza política; enfim, para os mais "culturalistas", a desterritorialização estaria ligada, acima de tudo, à disseminação de uma hibridização de culturas, dissolvendo os elos entre um determinado território e uma identidade cultural correspondente (HAESBAERT, 2004, p.25).

Todavia o território enquanto categoria de análise da Geografia serve para mostrar como as relações sociais se materializam no espaço. Em outra perspectiva, Moraes (2005) avalia como é importante expor que a reflexão geográfica levou muito tempo para diferenciar a análise do território da análise da formação territorial. É somente com a crítica ao positivismo, completada nas últimas décadas do século XX, que as teorias geográficas surgem para a necessidade de romper com essa visão coisificada do seu objeto e passa a buscar abordagens processuais.

Nesse enfoque, o território passa a ser visto como um resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço, o qual pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e desenvolvimento. A análise sincrônica de tais processos no âmbito espacial – que envolve as dimensões econômicas, política e cultural da vida social – permite o resgate da história de como se conformaram os territórios existentes no mundo contemporâneo. A formação territorial é, do ponto de vista espacial, um processo acumulativo que articula os resultados de forma de sociabilidades não necessariamente contínuas e sincrônicas; as intervenções e construções anteriores aparecendo ante um

novo, perfilando-se ao lado das características do meio natural, como elementos de qualificação dos diferentes espaços. Neste entendimento, o território é resultado dos processos históricos, contínuos ou não, que vão se construindo na economia e na política, e, é nesse sentido que Moraes (2005) analisa os territórios no mundo contemporâneo, em um processo de acumulação das formas de produzir, levando em consideração a política e a economia.

TERRITÓRIO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Entre as abordagens apresentadas sobre o conceito de território, destaca-se o entendimento de Oliveira (2001; 2004) e Fernandes (2008), que trabalham o conceito de território, tendo como sujeitos os movimentos sociais, que lutam por acesso a terra e pela reforma agrária. Nesse sentido, Fernandes (2005, p. 277-278) enfatiza a importância do conceito de território, quando concebe as relações sociais que se materializam e se reproduzem nos espaços e territórios, desta forma, percebem-se movimentos desiguais, contraditórios e conflitivos. Esses processos, denominados como geográficos, são também processos sociais. Neste contexto, Fernandes (2005) afirma que as relações sociais, a partir de suas intencionalidades, produzem espaços, lugares, territórios, regiões e paisagens. Os movimentos sociais, ao produzirem seus espaços e, neles, realizarem as relações sociais, promovem os movimentos dos espaços sociais e dos territórios, nos espaços geográficos. Nesse movimento, as propriedades dos espaços e dos territórios são manifestadas em ações, relações e expressões, materiais e imateriais.

Nesse entendimento, o conceito de território se relaciona a discussão de poder, apropriação e reprodução, por isso os movimentos sociais, de luta pela terra e pela reforma agrária, entram em confronto com as elites rurais que lutam para manter uma estrutura agrária, que exclui do campo inúmeras famílias, mantendo assim um *status quo*. Dessa maneira, a categoria território torna-se a base para entender a dinâmica dos movimentos sociais que veem, na conquista da terra e da implementação da reforma agrária, a saída contra as desigualdades sociais do campo e da cidade.

Fernandes (2000) analisa o conceito de território com base nas ações dos movimentos sociais. As formas de organização dos movimentos, suas relações e as ações que implementam no espaço. Tais processos se realizam no espaço geográfico, em todas as

suas dimensões: social, política, econômica, ambiental, cultural etc. É fundamental compreender os espaços e territórios produzidos ou construídos pelos movimentos sociais, pois esses espaços são materializações, ou seja, se concretizam na realidade, em lugares diversos, espaços múltiplos. Para Fernandes (2008):

Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades composicionais e completivas dos espaços. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Desde essa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam nas partes as mesmas características da totalidade (FERNANDES, 2008, p. 4).

Nesse sentido, Fernandes (2000; 2008) compõe dois conceitos para explicar a ação dos movimentos sociais. Os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais. O conceito de movimento socioespaciais é utilizado “para denominar os movimentos que têm o espaço como trunfo”. Ele constrói esse conceito de movimento a partir da análise da ação do MST, não só na sua forma, “mas também como processo” e “[...] os significados de suas dimensões e ações, principalmente pelas transformações causadas na estrutura fundiária e nas relações sociais, na conquista de frações do território”. Existem movimentos sociais que não têm esse objetivo, “[...] mas lutam por dimensões, recursos ou estruturas do espaço geográfico, de modo que é coerente denominá-los de movimentos socioespaciais” (FERNANDES, 2000, p. 60). Assim, os movimentos socioterritoriais são:

Aqueles que atuam em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização. Todos os movimentos territorializados começam como movimentos isolados. Estes ao se territorializarem e romperem com a escala local, se organizam em redes e ampliam suas ações e dimensionam seus espaços (FERNANDES, 2008, p.9)

Neste estudo, parte-se da explicação adotada por Fernandes (2008), a qual considera que os “movimentos socioterritoriais são todos os que têm o território como trunfo”. Para atingirem seus objetivos, os movimentos socioterritoriais constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de outro tipo de território, de modo que a

maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se dos processos de territorialização e desterritorialização.

Sendo assim, Fernandes (2008) argumenta que os movimentos socioterritoriais têm o território como objetivo de sua luta, ressaltando a importância do território para a existência dos movimentos sociais. Como exemplos, destacam-se os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos, que podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais, porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios.

Em ensaio teórico sobre território, Fernandes (2008) propõe um debate sobre os tipos de território e as disputas territoriais e discute os territórios do território, fazendo uma reflexão sobre o território e o espaço, sendo o espaço uma materialização da existência humana. Descreve que a construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia (FERNANDES, 2008, p. 282).

Ao analisar o conceito de território, em uma perspectiva ampla, Fernandes (2008) contribui para o debate sobre o conceito de território, tendo definições diversas na implementação de políticas que tem como tema o desenvolvimento rural, o que permite aprofundar as leituras geográficas a partir das ações dos movimentos sociais. Nesse sentido, os conceitos de movimentos socioterritoriais e socioespaciais analisam os movimentos sociais como produtores de espaços e especialistas na sua ação política. Para o autor:

Da mesma forma como alguns movimentos produzem e constroem espaços, também se espacializam e possuem espacialidades. A produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades. Os espaços políticos são reproduzidos pelo movimento da ação, constituindo a espacialização. Os conteúdos desses espaços são manifestados por suas inerências: a espacialidade e a espacialização são propriedades do espaço em seu movimento (FERNANDES, 2008, p. 291).

Tomando-se como estudo os movimentos sociais, que lutam por frações do espaço com o objetivo de territorializar-se, é possível entender que o território para os movimentos sociais é a possibilidade de materialização de suas lutas e constituição da luta social. Portanto, o ato de produzir relações sociais é o ato de produzir o espaço. A espacialização das ações promovidas pelos movimentos sociais mostra-se que o espaço vem se constituindo nesse processo contraditório, revelando-se as especificidades da

construção do espaço geográfico. Ao analisar o território, como parte do processo de contradição do modo de produção capitalista, Oliveira (2004, p.40) entende que o “[...] território é efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência”. Nesse sentido, o território:

Deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/ consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológica, simbólicas, etc.). O território é assim produto concreto da luta de classes traçada pela sociedade no processo de produção de suas existências. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra (OLIVEIRA, 2001, p. 74).

Assim sendo, é na contradição das relações sociais que o território vai ser configurando como síntese dialética, ou seja, é na apropriação e reprodução e na forma como a sociedade atua sobre ele que o território se constitui. Para Oliveira (2001),

A unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade que a tem e desenvolve, a construção do território é contraditória desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução. O processo de valorização é assim compreendido como fruto do processo de transformação pelo qual a produção e a reprodução passam. Isso significa que, sob o modo capitalista de produção, a valorização é produto do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais, a produção é produto contraditório de constituição do capital e a reprodução é produto do processo de reprodução ampliada do capital (OLIVEIRA, 2001, p. 75).

Na lógica contraditória das dinâmicas desiguais da produção e reprodução do capital, as desigualdades vão se agravando e se intensificando em cada território. O estudo sobre as ações dos movimentos sociais nos territórios permite compreender o território enquanto forma de expressão das contradições do modo capitalista de produção. Desse modo, a atuação dos movimentos sociais, no campo e na cidade, na luta por uma sociedade contra hegemônica, ocorre como uma resposta à lógica capitalista, tal qual ocorre com a ação do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos, nas duas últimas décadas, como veremos na próxima seção deste artigo.

MOVIMENTO DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES POR DIREITOS NA CONSTRUÇÃO DE NOVOS TERRITÓRIOS

O nascimento do MTD está relacionado à crise econômica do final da década de 90 e início de 2000, em que o desemprego e a miséria eram vistos, de forma muito clara, tanto no meio rural como no urbano. As consequências sociais do desemprego para os trabalhadores, cada vez mais precarizados, aproximam-nos da perda de direitos sociais como: moradia, educação, saúde e, obviamente, a falta de trabalho. Com o objetivo de criar um movimento social de luta em favor dos trabalhadores desempregados, moradores das periferias das cidades da região sul do Brasil, se organizaram no final da década de 90 e início do ano 2000 e, em 22 de maio de 2000, nasceu o MTD, com apoio de três organizações de trabalhadores radicadas no Sul do país, a saber: a Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul (com seus filiados), a Pastoral Operária e o Movimento da Luta por Moradia (GUTERRES, 2006, p.149).

O MTD surgiu, então, da necessidade de se criar um movimento urbano de massas para mobilizar os trabalhadores desempregados e precarizados na busca por moradia, trabalho e que também pudesse dialogar com outros movimentos sociais em atividade como: o Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU), o Levante Popular da Juventude, a Via Campesina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e também de setores sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT Nacional). Nesse caso, de acordo com um membro da Executiva Nacional da CUT:

A parceria da CUT com o MTD deve se dar em um campo político mais elevado, não simplesmente na solidariedade que é necessária entre os trabalhadores na luta de classes, mas inclusive pra elaborar propostas políticas, de reivindicações no plano mais geral. Devemos pautar uma saída que interesse à classe trabalhadora e aos setores mais populares, de construção de uma nação livre e soberana da dominação imperialista (MTD, 2015).

De acordo com o Coordenador Estadual do MTD (A.P, 2016), desde a sua origem, a maior de todas as conquistas do Movimento foi a sua consolidação enquanto movimento social de luta do povo que se encontra nas periferias das grandes e médias cidades brasileiras e que estava em situação precária em função do desemprego, marginalizados e vivendo em condições subumanas. Assim, no seu primeiro ano de

existência, o MTD realizou várias marchas por trabalho e teto, garantido a sua espacialização e visibilidade enquanto movimento socioterritorial. Com o resultado do surgimento do MTD, no Rio Grande do Sul, “[...] surge também uma experiência inusitada de geração de trabalho e renda, associada a um local de moradia para as famílias, denominado como ‘assentamento rururbano’”.

A partir do Seminário de Planejamento, realizado em 02 de abril de 2015, na cidade de Guararema, São Paulo, a organização do MTD apontou novas estratégias de luta. Uma das deliberações foi à mudança do nome do Movimento, antes era denominado de Movimentos dos Trabalhadores Desempregados (MTD) (2000 a 2015), agora se chama Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), garantindo assim:

O caráter feminista que deve ter o novo MTD, pois grande parte das integrantes do Movimento são mulheres. [...] que a violência doméstica é a principal pauta de luta, a violência moral e psicológica é também muito presente. Buscamos a afirmação da mulher, sua autonomia. É importante irmos construindo a identidade de mulheres trabalhadoras organizadas para fazer de fato o enfrentamento ao capital. O Movimento tem grupos de mulheres organizados em todo o país, que buscam debater os problemas vividos pelas mulheres, mas também apresenta experiências de sustentação financeira em busca de sua autonomia. (MTD, 2015)

Desta forma, o Movimento amplia a sua luta nas questões sociais, ou seja, no olhar sobre as trabalhadoras e trabalhadores precarizados ou pauperizados nos espaços urbanos das periferias. Para a Coordenação Nacional do Movimento:

Estamos falando de um MTD que se abre para olhar os trabalhadores no mundo urbano, no mundo das periferias das grandes e médias cidades. Ali estão todas as suas necessidades e as suas potencialidades de luta e de desenvolvimento, e ao mesmo tempo as suas carências. (COORDENAÇÃO NACIONAL DO MTD, 2015)

Desta forma, o MTD atua na busca de políticas de acesso a terra e trabalho e propõe a criação de assentamentos rururbanos como forma da garantia desses direitos. Para o MTD, os assentamentos rururbanos são espaços localizados “em áreas rurais ou urbanas, de ocupação extensiva, e/ou em áreas de extensão rural próximas a grandes centros urbanos”. A ocupação dessas áreas, de acordo com os projetos defendidos pelo Movimento, seria estratégica, pois “[...] visa à reintegração de trabalhadores urbanos, em situação de desemprego ou subemprego vivida nas periferias urbanas” (GUTERRES, 2006, p. 161).

Na luta do MTD, o território é fundamental, pois com a estratégia de ação defendida pelo Movimento, os assentamentos são espaços sem padrões, nem empregados, onde todo poder é do povo assentado, que o exerce por meio de discussões e decisões coletivas, em assembléias e reuniões de núcleos de familiares. Os assentamentos passam a ser o espaço da territorialização da atuação do movimento. Ou seja, é o território apropriado e constituído a partir de uma coletividade. Nesse sentido a territorialização é um processo social que se constitui, sobretudo na busca de uma identidade política e ideológica na formação cultural dos sujeitos sociais que compõem o movimento socioterritorial. Nesse sentido, o processo de territorialização para o MTD constitui-se na sua práxis. Os militantes do MTD, assim entendem o território:

Nós, enquanto movimento, percebemos que é no território que a gente consegue organizar as pessoas, tem as experiências das nossas ocupações, a gente consegue firmar mais a organização do Movimento, ter mais influência nos espaços, em alguns momentos de fases iniciais. Nos acampamentos, é possível você ter uma administração total do território, [...], na situação que vamos verificando mais de perto. Na ocupação, em Gravataí, você já pode ver que é um território totalmente aberto, totalmente ligado à periferia aqui da cidade. Então você tem tanto as características das outras comunidades daqui da periferia de Gravataí, tanto dos atores que estão no território, mas existe uma busca por parte do Movimento para, de fato, ocupar espaços do território. Agora, a nossa experiência, a gente consegue fazer isso com mais resultados positivos nas ocupações. Porque que eu digo que nós conseguimos fazer isso? É porque nós temos uma série de outras experiências de organização do MTD, em núcleo de bairros já consolidados, no município aqui e na região metropolitana de Porto Alegre (COORDENADOR ESTADUAL DO MTD).

O território, assim, adquire um sentido de classe social que é constituída a partir dos núcleos de bairro, onde o Movimento tem o primeiro contato com as trabalhadoras e trabalhadores das periferias, passando pelas ocupações, até chegar ao assentamento. Dessa forma, o território passa a refletir a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral (RAFFESTIN,1993, p. 158). De acordo com o Assentado (J.A.L.P), na sua história de vida, ele retrata essa percepção da multidimensionalidade do sujeito social que é atraído pela coletividade do movimento social:

Eu trabalhava de empregado, trabalhei em obras, depois fui para o curtume, trabalhei um tempo no curtume Luís Fuga, em São Leopoldo.

Aí depois fui para a estrutura metálica, trabalhei até final de 2001, logo em seguida, fico desempregado. Aí entro no movimento, porque na época o Movimento trabalha focado no desempregado e na questão do trabalho, no sistema de associação e de cooperativa. Isto me trouxe ao Movimento, com uma expectativa de uma vida melhor, junto a um trabalho social. Eu gostei muito do trabalho social, eu não tinha conhecido o trabalho social, não tinha visto o trabalho social, sempre trabalhando de empregado (J.A.L.P, 2016).

O território para o assentado (J.A.L.P, 2016), passar a ser o lugar do trabalho social, da transformação do trabalhador alienado dos meios de produção, para um sujeito crítico, que incorpora na sua fala a importância do movimento para a diferenciação entre o trabalho no Assentamento e o trabalho vivenciado fora dessa realidade, enquanto empregado que, cada vez mais, torna-se um trabalhador precarizado por causa das exigências do mercado. Ainda segundo o assentado J.A.L.P

[...], não tinha uma carteira adequada pra conseguir um emprego bom; a gente não tinha qualificação, a gente ficou um pouco trabalhando [...], trabalhei por três meses na Fuga (curtume) daí me mandaram embora, eles usam as pessoas, quando se encarregam de trabalhado, eles usam muitas pessoas para trabalhar só três meses, a gente trabalha três meses, terminou lá a demanda de trabalho da empresa tu fica desempregado novamente. Isso foi ficando ruim para mim, na época só tinha um filho, hoje tenho três. Isso foi que me fez mais conhecer os movimentos sociais, o MTD foi o que mais, é claro que têm outros movimentos, o movimento pela moradia. Mas, naquele momento de apavoro, tendo filho, esposa, pra dá bóia, pra dá comida, então a gente optou pelo MTD, que já tinha um projeto que, na época, eles me apresentaram que era a frente emergencial de trabalho. Eu disse, bom, é aí que eu vou, estamos a catorze anos no movimento (J.A.L.P, 2016).

O conceito de trabalho, aqui discutido, remete a uma classe social identificada como trabalhadores, assalariados, proletariados, precarizados do mercado formal ou informal de trabalho, aqueles que constituem o desemprego estrutural, como é o caso do assentado (J.A.L.P, 2016), que ingressou no MTD por ser um trabalhador desempregado, que, enquanto sujeito social, buscou, nos movimentos sociais, uma identidade, por ter visto a sua corroída pelo modo de produção capitalista.

Neste contexto, esses trabalhadores que ingressam nos movimentos sociais, que estão nas periferias das grandes e médias cidades, buscam outras alternativas frente ao modo de produção capitalista. No caso do MTD, tem por objetivo lutar por direitos como moradia e trabalho.

Para Moreira (1982, p.38): “O espaço geográfico é o espaço interdisciplinar e a categoria por intermédio da qual se busca apreender os movimentos do todo”. Entender as transformações do espaço e as novas territorialidades construídas pela ação dos movimentos sociais é um dos caminhos para compreender como as mudanças econômicas e políticas vêm transformando as relações socioespaciais. Conforme aponta Moreira (2004, p.73), a “[...] desigualdade espacial é a própria desigualdade da sociedade que nela se representa”. Assim, analisar o espaço de atuação do MTD, tendo como sujeitos sociais os trabalhadores desempregados, constitui o centro desse estudo, que objetiva examinar as relações contraditórias dos movimentos sociais (neste caso o MTD) na constituição do território, enquanto trabalhadores que lutam por direitos, dentre eles acesso a terra e ao trabalho.

O ASSENTAMENTO PORTAL DOS PINHEIROS – MOVIMENTO DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES POR DIREITOS

O Assentamento Portal Pinheiros foi o primeiro território constituído pela luta do MTD, no Brasil. Situado na cidade de Gravataí, no Rio Grande do Sul, inicialmente, era destinado para 21 famílias de trabalhadores desempregados, mas, com o passar do tempo, outras famílias de trabalhadores precarizados foram se instalando no território ocupado pelo Movimento, chegando, ao ano 2016, com mais de 340 famílias. Com a ação do movimento e de outros ocupantes ao longo dos anos, o território ocupado se transformou e, hoje, se desenha conforme pode ser visto na Figura 1.

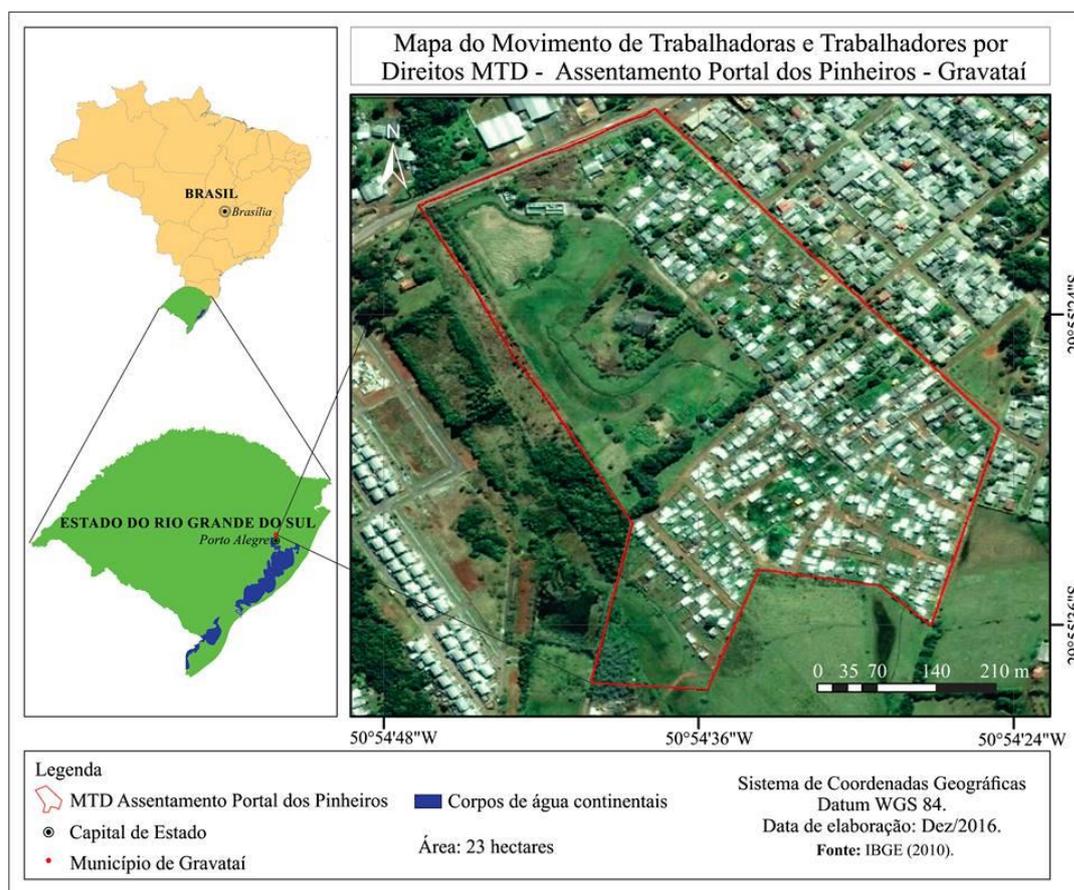


Figura 1 – Território ocupado pelo MTD Gravataí – RS.

Neste contexto, o Assentamento Portal dos Pinheiros é constituído por sujeitos sociais, militantes do MTD e, também, por aqueles que não participam do movimento, mas são ocupantes da mesma área, gerando, assim, uma realidade social que tem como rebatimento a identidade territorial do Assentamento Portal dos Pinheiros. Conforme observado nos trabalhos de campo da pesquisa, nesse momento, o desafio do movimento é elaborar um projeto de Assentamento que possa garantir a moradia de todos os ocupantes e oportunidades de trabalho para quem opte em trabalhar em grupos de produção ou na agricultura de modo individual. Ao realizar as entrevistas com os sujeitos da pesquisa no Assentamento Portal dos Pinheiros, foi possível verificar como está o assentamento e as principais dificuldades ali encontradas. Para o assentado J.A.L.P, as maiores dificuldades estão na relação com representantes do poder público municipal e estadual. Nestes termos, assim se expressa:

Aqui é a questão dos poderes públicos. Nós, como Movimento ... essa área aqui tem um impasse entre Governo do Estado (Rio Grande do Sul e Prefeitura, (Gravataí), porque na realidade a prefeitura não consegue fazer as aplicações de verba aqui dentro, porque alega que é do Estado. Isso pra nós, tá sendo uma dificuldade muito grande, no momento que a gente conseguir regularizar no Estado, a área, ia conseguir elaborar projetos. Enfim, a gente ia conseguir fazer o que a gente está pensando. Mas, enquanto isso não acontece, a gente vai se virando; a gente perdeu alguns projetos, tipo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que seria importante para a nossa base, na perda desse projeto a gente sentiu uma quebra dentro do nosso movimento, não só aqui em Gravataí, mas nas cidades onde se encontram o movimento (J.A.L.P, 2016).

O empecilho criado entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a Prefeitura Municipal de Gravataí tem tido efeitos importantes nas ações do Assentamento, conforme relatou o assentado. A Prefeitura argumenta que, para poder atender aos projetos reivindicados pelo a coordenação do Movimento no Assentamento, o Estado primeiro tem que reconhecer a área. Na visão da assentada C.I.B, o “[...] movimento andou bastante, só que, daí, não tendo recurso do Estado, Município, o MTD enfraqueceu um pouco”. Nas entrevistas realizadas por J.A.L.P e C.I.B, foi possível verificar que o Estado está ausente nas propostas idealizadas pelo movimento. Tais preocupações também aparecem nos relatos de outras famílias do Assentamento, para as quais os principais problemas estão relacionados à falta de infraestrutura da área. Apesar de cobranças e pressões do Movimento junto aos poderes públicos, nas várias esferas de governo, até os dias atuais os financiamentos dos projetos não foram aprovados. Para a Coordenação Estadual do Movimento (2016), o “[...] nosso maior objetivo é a regularização, pois com ela vem a condição de ter água, luz, esgoto, estradas e mesmo acesso a recursos para construção ou reforma das casas”. Porém ao mesmo tempo em que as pessoas falam, com o tom reivindicatório dos problemas existentes no Assentamento, elas ressaltam a importância da terra para o desenvolvimento familiar do assentado e o impacto que a posse dessa terra provocou em suas histórias de vida.

Neste contexto a luta do MTD os problemas passam pelas questões sociais, que não terminam no Assentamento. A cada nova etapa, surgem novos problemas. Em todo processo de luta, observa-se que desafios vão acompanhando o Movimento, sejam no trabalho de base nos bairros periféricos, sejam nas ações relacionadas aos acampamentos, ocupações e assentamentos. No processo de luta e enfrentamento dos limites impostos

pelo Estado capitalista, as ações dos trabalhadores avançam e recuam, mas, de toda forma, são ações que se realizam na composição do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o território, a partir da compreensão das contradições do modo de produção capitalista, é um dos caminhos para explicar o surgimento de movimentos sociais, que têm a terra como objetivo de luta social. O MTD surge dentro de um contexto de crescimento do desemprego estrutural no país, advindo dos novos processos de produção. O resultado dessa realidade é o desemprego no espaço urbano das grandes e médias cidades brasileiras e a falta de moradia para uma massa crescente de trabalhadores desempregados, que não tem onde morar e viver de forma digna. Ou seja, são trabalhadores precarizados em relação ao mundo do trabalho.

A pesquisa de campo no Assentamento Portal dos Pinheiros revelou, por meio das falas dos entrevistados, que o Movimento promove a organização coletiva das trabalhadoras e trabalhadores desempregados na periferia, na busca pelo acesso a terra e trabalho nos denominados assentamentos rururbanos. O rururbano é compreendido pelo movimento enquanto espaço de estratégia dos trabalhadoras/es, reproduzindo, assim, a luta social por trabalho e terra, enquanto objetivo de luta do movimento. Nesse sentido, estudar os movimentos sociais e a sua atuação nestes diferentes espaços contribui para explicar a formação de novos territórios ocupados por trabalhadores em luta. A luta do MTD e a sua atuação nos espaços periféricos revelam as contradições engendradas no/pelo capitalismo e mostram a realidade da classe trabalhadora, alijada do mercado formal de trabalho.

O estudo, ora realizado, contribuiu para o aprofundamento do tema e apontou que, para os trabalhadores que militam no MTD, a conquista do território é resultado concreto da luta por eles realizada no processo de produção de suas existências. Este processo, em Gravataí-RS, ocorreu a partir da atuação do MTD nos espaços da periferia de Porto Alegre, nas vilas, bairros da periferia e na região metropolitana. Neste Assentamento, há, de fato, um processo territorialização promovido pelo MTD, entretanto esse território ocupado pelo Movimento não se configura como área regularizada pelos órgãos de Estado. Ou seja, apesar de ocuparem um espaço e nele constituírem o seu território de vida e luta, este

espaço, de direito, não pertence aos trabalhadores vinculados ao MTD. Desta forma, eles continuam a luta pelo direito de ter o território, para que os trabalhadores nele vivam e trabalhem. Nesse sentido, território e territorialização são processos importantes na luta do Movimento, pois neles suas lutas se implementam, se ampliam e se reproduzem.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Bernardo Maçano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **OSAL** 273, Ano VI, n.º 16, enero-abril, 2005.

_____. Entrando nos territórios do Território. **NERA**. Artigo do Mês: março de 2008. ISSN: 1806-675. Disponível em: www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/marco2008.pdf.

_____. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**. São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.

GUATTARI, Felix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço e Debates**: revista de estudos regionais e urbanos, São Paulo, ano V, p.109-120, 1985.

GUTERRES, Ivani. **Agroecologia militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

HAESBAERT, R. Precarização, reclusão e “exclusão” territorial. **Terra Livre**. São Paulo, v. 2, n. 23, p.35-51, 2004.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. 20 a 26 de março de 2005. Universidade de São Paulo.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Vol. I, Tomo II. São, Paulo: Abril Cultural, 1984.

MOVIMENTO DAS TRABALHADORAS E TRABALHADORAS POR DIREITOS. **Linhas Gerais do Projeto Assentamento Portal dos Pinheiros**. Gravataí, RS, Maio de 2016.

_____. **Boletins Informativo do MTD - Assentamento Portal dos Pinheiros** – Gravataí, RS, 2016.

MORAES, A.C.R. **Geografia**: pequena história crítica, 20 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia**: Teoria e Crítica - o saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

- MOREIRA, R. (2004a) Marxismo e geografia, a geograficidade e o diálogo das ontologias. **GEOgraphia**, ano VI, nº 1. Niterói: PPGEU-UFF
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. Geografia Agrária: Perspectiva no início do século XXI. *In*: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela; Editora Paz e Terra, 2004.
- PERICO, Rafael Echeverry. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SOUSA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: Castro Iná *et alii*. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

Submetido em: 12 de setembro de 2017
Aceito em: 09 de outubro de 2017